

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SPT2 - PROTOCOLO



Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	<i>Desembargador do Trabalho Clóvis Valença Alves Filho; Email: encarregado.lgpd@trt7.jus.br; Formulário Eletrônico disponibilizado na Ouvidoria do Tribunal; Endereço para correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, CEP 60150-150, Fortaleza-CE; Telefones: 0800.280.1771/ (85) 32249639 / (85) 3388-9308 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) Contato presencial: Rua Desembargador Leite Albuquerque, nº 1077, Mezanino, Anexo I, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados) WhatsApp: (85)991671607 (de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 15:30 horas, exceto feriados)</i>
Endereço e Telefone do Tribunal	<i>Av. Santos Dumont, 3384 Aldeota - Fortaleza/CE CEP: 60.150-162 Telefones: (85) 3388-9400 (85) 3388-9300</i>
Sítio institucional sobre a LGPD	<i>www.trt7.jus.br/lgpd</i>
Centros de Tratamento	<i>Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Térreo - Anexo I, Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077 - CEP 60.150-150.</i>

SPT2 - PROTOCOLO	
Gestor do sistema	<i>Divisão de cadastro Processual</i>
Finalidade do tratamento	<i>Cadastro de documentos, petições de natureza judicial e administrativa, ofícios precatórios, correspondências e RPV's recebidos no TRT7, apresentados por meio físico, mediante protocolo.</i>
Titulares dos dados	<i>Jurisdicionados, servidores e terceiros</i>
Fonte do Dado	<i>Titular</i>
São tratados dados	<i>Não</i>

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SPT2 - PROTOCOLO

sensíveis?	
São tratados dados de crianças e adolescentes?	<i>Em casos excepcionais, quando os documentos protocolados referem-se a processos em que são tratados dados de criança e adolescente.(particularidades: segredo de justiça, menor, falência, idoso, e rito sumaríssimo), conforme alínea “o”, do inciso I, do art.28 do <u>Provimento TRT7 Conjunto nº 6/2009</u></i>
Enquadramento legal	<i>Art. 7º da LGPD (...) IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais. (...) CAPÍTULO IV do <u>Provimento TRT7 Conjunto nº 6/2009</u></i>
Categoria de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none">• Nome do Interessado
Categoria de destinatários	<i>Os documentos não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas.</i>
Transferência internacional	<i>Não.</i>
Prazo de conservação	<i>Prazo indeterminado.</i>
Local de Armazenamento	<i>Banco de Dados no Datacenter e no Site Backup do Tribunal.</i>
Medidas de segurança	<i>As medidas de segurança implementadas correspondem com as previstas nos seguintes instrumentos:</i> <ul style="list-style-type: none">• <u>Provimento TRT7 Conjunto nº 6/2009</u>• <u>Política e normas complementares de segurança da informação do TRT7;</u>• <u>Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT7.</u>• <u>DECRETO Nº 9.637/2018</u> que institui a

REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

SPT2 - PROTOCOLO

	<p><i>Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Norma <u>NBR 27001/2013</u> - esta Norma especifica os requisitos para estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão da segurança da informação dentro do contexto da organização. Esta Norma também inclui requisitos para a avaliação e tratamento de riscos de segurança da informação voltados para as necessidades da organização.• Norma <u>NBR 27002/2013</u> - Esta Norma fornece diretrizes para práticas de gestão de segurança da informação e normas de segurança da informação para as organizações, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização.
--	--